



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: **TC-4237/989/22**

Município: **Cerquilha**

Exercício: **2022**

Aplicação no ensino: **28,40%**

Recursos do FUNDEB

destinados aos

Profissionais do Magistério: **88,44%**

Despesas com pessoal

e reflexos: **40,57%**

Saúde: **28,85%**

**Senhora Assessora Procuradora-Chefe:**

Em análise contas municipais de **Cerquilha**,  
relativas ao exercício **2022**.

Pareceres lançados por esta Corte em  
exercícios anteriores:

2021 – TC- 7190/989/20 - Favorável com recomendações

2020 - TC- 3207/989/20 - Favorável com recomendações

2019 - TC- 4459/989/19 - Favorável com recomendações



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Consta dos autos que a **Prefeitura Municipal de Cerquilha** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação na **remuneração dos profissionais do magistério, saúde, despesa com pessoal, transferências de duodécimos ao Legislativo, precatórios e encargos sociais**.

A exemplo dos exercícios anteriores, há apontamento relacionado aos **Subsídios Dos Agentes Políticos**, (Pagamentos a maior a ocupantes de cargo de Secretário Municipal e equiparado), por conta disso, sustenta a Prefeitura a legalidade dos pagamentos e a boa fé dos servidores que receberam os valores.

De outro lado, cita que o *atual gestor José Roberto Pilon, agindo no dever de ofício e de modo a demonstrar o respeito aos entendimentos esposados por este i. Tribunal determinou a adequação dos valores recebidos pelos Secretários e assemelhados ao teto estabelecido em Lei, de modo a aguardar o deslinde do presente, conforme apontado pela nobre fiscalização, o que culminou na apresentação de Recurso Ordinário sob Processo nº 00010510.989..23-9, o qual ainda aguarda apreciação.*

No que toca ao supracitado processo que cuida de Pedido de Reexame, conforme ementa abaixo transcrita, o pleito foi conhecido e não provido, devendo, portanto, a Administração adequar-se aos limites impostos na legislação bem como, à critério do Relator, determinar a verificação da medida corretiva anunciada.

**“EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. PARECER FAVORÁVEL. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. CONHECIMENTO. REMUNERAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. DESCONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME NÃO PROVIDO.”**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante disso, proponho seja instada à Câmara Municipal para que adote providências cabíveis junto à Procuradoria do Município.

Os apontamentos relacionados aos itens **C.1.10. Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos:** (Cargos em comissão desprovidos das características da espécie (reincidência)); **C.1.10.1. Contratações de Pessoal Por Tempo Determinado:** (Contratações excessivas, sem apresentação de justificativas ou demonstração de excepcionalidade e transitoriedade (reincidência)); **C.1.10.2. Contratação de Profissionais Autônomos (Pagamentos por RPA); C.1.10.3. Pagamento Recorrente e Excessivo de Horas Extras, F.1. Perspectivas de Atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e F.2. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,** embora genéricas as explicações e considerando justificativas e providências regularizadoras comunicadas, proponho, de uma forma geral, sejam relevadas as impropriedades anotadas, sem embargo de recomendação para que a Origem se abstenha das práticas impugnadas e que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame in loco, confirme a adoção das medidas corretivas.

Quanto a série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) o município possui a seguinte:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
<b>IEG-M</b>	B	B	C+	<b>C+</b>
i-Planejamento	B+	B	C	C
i-Fiscal	B+	B	B	B
i-Educ	C+	C+	C+	C
i-Saúde	B+	C+	C+	B
i-Amb	B	C	C+	C
i-Cidade	C+	C	C	C
i-Gov-TI	A	A	A	A



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No exercício examinado, **Cerquinho** manteve o **conceito geral C+**.

Os desacertos assinalados no tocante ao baixo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM Geral “C”) são passíveis de escusas, com proposta de recomendação para que a Origem revise e corrija falhas apurados nos indicadores do exercício 2022.

Dessa forma, evitando o comprometimento da realização das políticas públicas afetas a cada área de atuação do Poder Público, sem prejuízo do acompanhamento pelas futuras inspeções “In loco” e, caso não sejam observadas as medidas efetivas para reparação, tornar-se-ão motivo isolado de rejeição dos demonstrativos financeiros apresentados nos exercícios seguintes, ocupando, a exemplo, mesmo patamar de precatórios, gasto com pessoal, investimentos na saúde e educação, assim como a execução orçamentária (artigo 1º, da Lei Complementar nº 101/00), tópicos que quando apresentam alguma imperfeição grave, por si só, geram desaprovação das contas.

No caso concreto, há de considerar em favor do Gestor Público os desafios decorrentes do cenário pandêmico, suas repercussões e impactos econômicos, políticos, sociais, históricos e culturais, que vale ressaltar, sem precedentes na história recente das epidemias.

Aliás, outro não é o entendimento desta Corte de Contas: (...) acompanha pelo provimento de emissão de parecer prévio, sem prejuízo, todavia, da expedição das recomendações impostas e possibilidade de se reafirmar que o IEG-M pode, sim, futuramente, ensejar a reprovação de contas e demonstrativos por esta Casa”. TC – 13481/989/22.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante disso, deve a Administração promover urgentemente ações para melhora dos níveis de eficiência, eficácia e efetividade impressos à aplicação dos recursos públicos, em especial os conceitos indicados pelo índice C, e que a Fiscalização por ocasião do próximo exame, confirme a adoção das medidas corretivas.

**Dependências de Cálculo e Economia** (ev.40 e 43) não verificaram questões que possam comprometer a matéria em análise.

### Conclusão

Ante o exposto, manifesto-me pela emissão de parecer **favorável às contas da Prefeitura de Cerquilha**, relativas ao exercício de **2022**, sem prejuízo das recomendações sugeridas ao longo desta manifestação.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J. 11 de janeiro de 2024.

Paulo Sergio de Souza Loureiro

Assessoria Técnica